

ENGENHARIA INDUSTRIAL E ESG: INOVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E GOVERNANÇA NA PRÁTICA



ABEMI

Associação Brasileira de Engenharia Industrial

EDITORIAL



Prezados associados,

É com imensa satisfação que apresentamos este compilado de artigos elaborados pelo Comitê ESG da ABEMI (Associação Brasileira de Engenharia Industrial). Os textos reúnem contribuições valiosas de profissionais com ampla experiência técnica, abordando temas relevantes para os diversos setores representados por nossos associados.

Os artigos refletem a pluralidade de visões e a maturidade técnica dos especialistas que participam ativamente do Comitê ESG, promovendo reflexões consistentes sobre sustentabilidade, governança e responsabilidade social no contexto da engenharia industrial brasileira.

Em nome da ABEMI, agradeço a cada autor e autora que contribuiu com este trabalho coletivo, na certeza de que os textos aqui reunidos inspirarão novas práticas e debates. Boa leitura.

Nelson Romano
Presidente da ABEMI



02	Editorial
04	Coordenação e Autores
05	ESG: Aspectos Gerais – Patrícia Sampaio Fiad Maroja
14	A Definição da Materialidade – Cláudio Freire Cerqueira
38	Aspectos Ambientais do ESG – Ana Claudia Franco
	A importância da Saúde e Segurança como Pilar Social –
52	Maria Christina Rodrigues Menezes
63	Aspectos de Governança - Flávia Ramos Galvão



COORDENAÇÃO E AUTORES

COORDENAÇÃO

FLÁVIA GALVÃO
PATRÍCIA SAMPAIO FIAD MAROJA

AUTORES

PATRÍCIA SAMPAIO FIAD MAROJA
CLÁUDIO FREIRE CERQUEIRA
ANA CLAUDIA LA PLATA DE MELLO FRANCO
MARIA CHRISTINA RODRIGUES MENEZES
SUZETE SCHIPA SUZUKI
FLÁVIA RAMOS GALVÃO

A ABEMI não se responsabiliza por conceitos e opiniões emitidos pelos autores, bem como não assume a responsabilidade por consequências legais resultantes do conteúdo dos artigos publicados, incluindo, mas não se limitando a violação de direitos autorais, difamação, plágio ou atos ilegais relacionados aos artigos, sendo de total responsabilidade dos autores e eventuais coautores os conteúdos, as informações e as declarações contidos nos artigos publicados.

A ABEMI não assume, igualmente, nenhuma responsabilidade pela exatidão, integridade ou veracidade do conteúdo apresentado nos artigos publicados.



ESG: **ASPECTOS** **GERAIS**



Patrícia Sampaio Fiad Maroja

*Doutoranda, Mestre e Bacharel em
Direito pela Universidade do Estado do
Rio de Janeiro (UERJ). Advogada na
EGTC Infra. Coordenadora do Comitê
ESG da ABEMI.*



O presente trabalho, desenvolvido no âmbito do Comitê ESG da ABEMI em abril de 2024, tem por objetivo introduzir conceitos fundamentais e apresentar um breve histórico sobre ESG, de modo a promover o nivelamento técnico entre os membros do Comitê.

1. Conceituação

O ESG (Environmental, Social and Governance) representa, atualmente, a base fundamental do que se compreende como o direito ao desenvolvimento. Essa temática abrange três pilares essenciais: o ambiental, frequentemente associado à transição energética e à produção neutra em carbono; o social, focado na erradicação das desigualdades entre gêneros e minorias; e a governança, que funciona simultaneamente como um direito e uma ferramenta de aplicação dos demais direitos.

A governança merece destaque especial por seu papel dual. Além de representar um direito do cidadão e demais shareholders à transparência nas ações estatais e corporativas, ela também funciona como meio para

garantir o exercício de outros direitos. Por exemplo, a transparência, característica basilar da governança, permite verificar como uma empresa promove a igualdade de oportunidades entre diferentes gêneros, enquanto a accountability, outra característica essencial, garante a necessária responsabilização dos agentes envolvidos em qualquer iniciativa.

Outro conceito crucial para compreender a importância do ESG é a governança multinível, segundo a qual as tomadas de decisão não estão mais centralizadas apenas no poder público. As empresas têm papel fundamental nesse processo e apenas por meio do trabalho conjunto entre setores público e privado, em diferentes escalas, será possível alcançar as metas estabelecidas para uma economia sustentável.

Embora parte da doutrina diferencie “ESG” de “Sustentabilidade”, estes conceitos apresentam mais semelhanças que divergências, sendo aqui utilizados, portanto, como sinônimos.

“No contexto industrial, ESG representa uma ferramenta estratégica para mitigação de riscos, fortalecimento da reputação corporativa e atração de investimentos responsáveis.”



Para compreensão dos termos, cabe um breve histórico, partindo-se da premissa de que o ESG tem sua origem na convergência de dois conceitos antecessores que se desenvolveram, originalmente, em paralelo: (1) o desenvolvimento sustentável e (2) a responsabilidade social empresarial.

Breve histórico

Historicamente, as raízes do ESG remontam à década de 1930, período em que já existiam doutrinas sobre a responsabilidade social do empresário, segundo as quais as empresas deveriam ter objetivos para além do lucro. O termo “responsabilidade social do empresário” foi cunhado entre as décadas de 1950 e 1960, durante a Guerra Fria, em meio ao embate entre socialismo e capitalismo[1].

Neste contexto histórico, destaca-se a visão de Milton Friedman, que defendia ser a única responsabilidade da empresa a geração de lucro. Essa perspectiva ainda ecoa nos dias atuais, em que o ESG enfrenta críticas por, supostamente, adquire aspectos políticos, especialmente em debates entre direita e esquerda.

Contudo, quando analisamos o relatório “Our Common Future”[2]-[2] da ONU (1987), em que o termo ESG foi, oficialmente, estabelecido, percebe-se que não há conteúdo político na correlação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.



Pelo contrário, o documento indica que a sustentabilidade é uma necessidade empresarial, não um ato de altruísmo.

Foi nesse contexto que o sociólogo britânico John Elkington criou, em 1994, o termo Triple Bottom Line, também conhecido como “Tripé da Sustentabilidade”. Segundo o autor, além da busca por lucro, as empresas devem considerar as pessoas e o planeta, em sua tomada de decisão[3].

[1] ELKINGTON, J. *Partnerships from Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st. Century Business New Society Publishers, 1994.*

=====

[1] Sobre o assunto, vide BOWEN, Howard R. *Social Responsibilities of the Businessman*. University of Iowa Press, 2013. JSTOR. Disponível em <<https://doi.org/10.2307/j.ctt20q1w8f>>. Acesso em: 12/06/2023.

[2] Na época, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU era presidida pela então Primeira-Ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, de modo que passou a ser popularmente conhecida como Comissão Brundtland. Destaca-se o seguinte trecho do relatório: “Tem havido uma percepção crescente nos governos nacionais e instituições multilaterais de que é impossível separar as questões de desenvolvimento econômico das questões ambientais; muitas formas de desenvolvimento erodem os recursos ambientais nos quais devem se basear, e a degradação ambiental pode minar o desenvolvimento econômico. A pobreza é uma das principais causas e efeitos dos problemas ambientais globais. Portanto, é inútil tentar lidar com os problemas ambientais sem uma perspectiva mais ampla que englobe os fatores subjacentes à pobreza mundial e à desigualdade internacional”. (tradução nossa)

[3] COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. ONU, 1987. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em 12/06/2023.

[4] ELKINGTON, J. *Partnerships from Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st. Century Business New Society Publishers, 1994.*

Assim, passou-se a conhecer o que podemos denominar de conteúdo material do ESG, compreendido por meio do Pacto Global da ONU, que estabelece 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), desdobrados em aproximadamente 100 metas. Essas metas abrangem desde a erradicação da pobreza até a redução das desigualdades e acesso à água potável.

Essa nova realidade demonstra que o desenvolvimento econômico e a sustentabilidade são codependentes. Como exemplo, podemos observar que práticas avançadas de reciclagem, como aquelas conhecidas na Alemanha, e que só são possíveis em contextos de desenvolvimento socioeconômico adequado, ao passo em que, em uma economia desenvolvida, o mercado desenvolve-se e, conseqüentemente, lucra mais. A superação da pobreza é, portanto, essencial para alcançar um desenvolvimento verdadeiramente sustentável e lucrativo.

Compreendida a origem dos conceitos anteriormente apresentados, questiona-se: por que, afinal, algo tão longo adquiriu tamanha notoriedade nos últimos anos? Em 14 de janeiro de 2020, em sua carta anual direcionada a CEOs de todo o mundo, Larry Fink[4] destacou, precisamente, a importância de empresas, governos e investidores se unirem em prol da mudança climática almejada pela sociedade.



Com isso em vista, Larry Fink defendeu o chamado capitalismo de stakeholder[5] para o efetivo sucesso na redução da emissão de carbono. Adicionalmente, Larry destacou a importância da transparência nas relações entre as empresas e os stakeholder e anunciou medidas com propósito de remodelar o mercado financeiro que, a seu ver, passa a ter relevante papel na promoção dos valores atrelados à sustentabilidade.[6] Diante da atenção concedida pelo mercado, passou-se a ter o que se convencionou chamar de Revolução ESG[7].

Aplicação Prática

Para implementação prática do ESG, é importante destacar que dois caminhos principais se apresentam. O primeiro é o cumprimento da legislação, incluindo normas imperativas como as da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e lei anticorrupção, além de normas

[5] Larry Fink é CEO da empresa BlackRock, considerada a maior gestora de ativos financeiros do mundo.

[6] O capitalismo de stakeholder pode ser entendido como um sistema econômico que visa a criar valores de longo prazo com objetivo de atender aos interesses da coletividade, tais como empregados, consumidores, empresas, investidores, governos e fornecedores. Para maiores informações, vide MILES, Samantha. Stakeholder Theory Classification: A Theoretical and Empirical Evaluation of Definitions. *Journal of Business Ethics*. Vol. 142, No. 3 (May 2017), pp. 437-459.

[7] FINK, Larry. Letter for CEOs. BlackRock, 2020. Disponível em <<https://www.blackrock.com/americas-offshore/en/larry-fink-ceo-letter#:~:text=Dear%20CEO%2C,long%2Dterm%20goals%20like%20retirement>>. Acesso em: 12/06/2023.

[8] GUIMARÃES, Solange. Revolução ESG inaugura nova fase do capitalismo. *Forbes*, 2021. Disponível em <<https://forbes.com.br/forbesesg/2021/08/revolucao-esg-inaugura-nova-fase-do-capitalismo>>. Acesso em: 12/06/2023

não cogentes, como incentivos governamentais, a exemplo do Fundo Verde. O segundo caminho envolve a adoção de mecanismos internos na gestão corporativa que vão além das normas. Nesse sentido, a Norma ABNT-PR 2030 de 2023 traz em si uma espécie de roteiro, constituindo importante guia para entidades que têm interesse na incorporação do ESG em suas rotinas. De acordo com a Norma ABNT-PR 2030 de 2023, há sete passos fundamentais para a implantação do ESG:

1. Conhecimento do contexto empresarial em relação às metas ODS;
2. Desenvolvimento de intenção estratégica com apoio da alta gestão;
3. Diagnóstico de déficits e áreas de melhoria;
4. Planejamento de ações específicas;
5. Implementação das ações planejadas;
6. Medição e monitoramento contínuo;
7. Relato e comunicação aos stakeholders.

Conclusão

Após a referida Revolução ESG, vive-se, contemporaneamente, um movimento de comedimento a iniciativas vinculadas à sustentabilidade, a partir de iniciativas políticas, por meio da revisão de instrumentos legais relativos à governança, direitos humanos, dentre outros. Contudo, entendemos que o ESG transcende o discurso político ou o âmbito restrito ao universo ambientalista. O ESG constitui uma proposta de revisão das estruturas fundamentais do nosso sistema econômico que visa, paradoxalmente, a preservar esse mesmo sistema, diante da ameaça que uma perspectiva não sustentável representa.



REFERÊNCIAS

BOWEN, Howard R. *Social Responsibilities of the Businessman*. University of Iowa Press, 2013. JSTOR. Disponível em <<https://doi.org/10.2307/j.ctt20q1w8f>>. Acesso em: 12/06/2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. ONU, 1987. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>>. Acesso em 12/06/2023.

ELKINGTON, J. *Partnerships from Cannibals with Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* New Society Publishers, 1994.

FINK, Larry. *Letter for CEOs*. BlackRock, 2020. Disponível em <<https://www.blackrock.com/americas-offshore/en/larry-fink-ceo-letter#:~:text=Dear%20CEO%2C,long%2Dterm%20goals%20like%20retirement>>. Acesso em: 12/06/2023.

GUIMARÃES, Solange. *Revolução ESG inaugura nova fase do capitalismo*. Forbes, 2021. Disponível em <<https://forbes.com.br/forbesesg/2021/08/revolucao-esg-inaugura-nova-fase-do-capitalismo>>. Acesso em: 12/06/2023

MILES, Samantha. *Stakeholder Theory Classification: A Theoretical and Empirical Evaluation of Definitions*. *Journal of Business Ethics*. Vol. 142, No. 3 (May 2017), p. 437-459.



**A DEFINIÇÃO DA
MATERIALIDADE EM
VISTA DA ELABORAÇÃO
DE RELATÓRIOS DE
SUSTENTABILIDADE**



Claudio Freire Cerqueira

Consultor de negócios com atuação nas áreas de sustentabilidade e ESG com mais de 20 anos de experiência profissional. Possui Mestrado em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas – SP sobre o tema Reciclagem de Materiais.



1. Introdução

A crescente conscientização sobre as questões ambientais, sociais e de governança (ESG) tem impulsionado a demanda por transparência e responsabilidade por parte das empresas. Nesse contexto, os relatórios de sustentabilidade emergem como ferramentas cruciais para comunicar o desempenho e o impacto das organizações em relação a esses temas. No entanto, a elaboração de relatórios de sustentabilidade eficazes requer uma abordagem focada e estratégica, que priorize os aspectos mais relevantes e significativos para os negócios e seus stakeholders. É nesse ponto que o conceito de materialidade se torna fundamental.

A materialidade, originalmente utilizada no contexto da contabilidade financeira, evoluiu para abranger questões não financeiras que podem impactar o desempenho e a reputação de uma organização.



Nos relatórios de sustentabilidade, a materialidade orienta a seleção de informações a serem divulgadas, assegurando que as empresas se concentrem nos aspectos mais críticos para seus negócios e stakeholders.

Este artigo tem como objetivo explorar o conceito de materialidade em profundidade, analisando sua importância, seus diferentes tipos, sua relação com a estratégia empresarial e seu papel fundamental na elaboração de relatórios de sustentabilidade. Além disso, será apresentado um passo a passo prático para a definição da materialidade, bem como um adendo sobre a perspectiva da ABNT em relação a esse tema.

2. O Conceito de Materialidade

O conceito de materialidade, antes restrito ao campo da contabilidade, ascendeu como pilar fundamental nas práticas de sustentabilidade e Environmental, Social, and Governance (ESG). Originalmente, a materialidade definia a relevância de informações financeiras, mas evoluiu para abranger temas não financeiros capazes de impactar o desempenho e a reputação de uma organização.

“Nos relatórios de sustentabilidade, a materialidade orienta a seleção de informações a serem divulgadas, assegurando que as empresas se concentrem nos aspectos mais críticos para seus negócios e stakeholders”.



Nos relatórios de sustentabilidade, a materialidade orienta a seleção de informações a serem divulgadas, assegurando que as empresas se concentrem nos aspectos mais críticos para seus negócios e stakeholders. A materialidade não é um conceito universal e estático.

Ela varia de acordo com o setor de atuação da empresa, sua estratégia de negócios, o contexto regulatório e as expectativas de seus stakeholders. Portanto, cada organização deve realizar uma análise específica para identificar seus temas materiais. Existem diferentes tipos de materialidade, que podem ser classificados da seguinte forma:

- **Materialidade Financeira:** Considera o impacto das questões de sustentabilidade no desempenho financeiro de uma organização. É frequentemente utilizada em estruturas tradicionais de relatório financeiro.
- **Materialidade de Impacto:** Avalia o impacto das questões de sustentabilidade nos stakeholders e na sociedade em geral, mesmo que não tenham um impacto financeiro direto na empresa.
- **Materialidade Dupla:** Combina a materialidade financeira e de impacto, oferecendo uma visão mais abrangente do desempenho em sustentabilidade. Esse tipo de materialidade reconhece que as empresas podem ser afetadas por fatores externos relacionados à sustentabilidade, mas também podem causar impactos positivos ou negativos no meio ambiente e na sociedade.

3. Importância da Materialidade

A definição da materialidade é crucial para as empresas que buscam adotar práticas sustentáveis e ESG eficazes. Ela permite:

·Foco nos Temas Relevantes: A materialidade ajuda as empresas a direcionarem seus esforços e recursos para os temas que realmente importam para seus negócios e stakeholders, evitando dispersão e garantindo que as ações de sustentabilidade sejam relevantes e impactantes.

·Identificação de Riscos e Oportunidades: Ao avaliar a materialidade dos diferentes temas, as empresas podem identificar riscos potenciais e oportunidades de inovação e eficiência operacional, relacionados a questões ambientais, sociais e de governança.

·Transparência e Prestação de Contas: A materialidade promove a transparência ao divulgar quais temas são considerados mais relevantes e como estão sendo gerenciados, contribuindo para uma reputação positiva perante os stakeholders.

·Comunicação Eficaz com Stakeholders: Ao comunicar de forma clara e concisa os temas materiais, as empresas podem alinhar as expectativas dos stakeholders com suas ações e resultados, fortalecendo o diálogo e a confiança mútua.

·Melhoria Contínua: A análise da materialidade deve ser um processo contínuo, que permite às empresas adaptarem suas estratégias e práticas de sustentabilidade às mudanças no contexto e nas expectativas dos stakeholders.



4. Relação da Materialidade com a Estratégia Empresarial

A materialidade desempenha um papel central na estratégia empresarial ao ajudar as organizações a:

- Priorizar Ações e Investimentos:** Ao identificar os temas mais materiais, as empresas podem priorizar suas ações e investimentos em áreas que realmente importam para seus stakeholders e para o sucesso a longo prazo da organização.

- Integrar a Sustentabilidade ao Core Business:** A materialidade permite que as empresas identifiquem como as questões de sustentabilidade se relacionam com seus principais produtos, serviços e processos, integrando a sustentabilidade ao core business da organização.

- Impulsionar a Inovação:** Ao analisar os temas materiais, as empresas podem identificar oportunidades para desenvolver novos produtos, serviços e modelos de negócios que atendam às necessidades dos stakeholders e contribuam para a sustentabilidade.

·**Fortalecer a Reputação e a Marca:** Ao demonstrar um compromisso genuíno com a gestão dos temas materiais, as empresas podem fortalecer sua reputação e sua marca, atraindo e retendo clientes, investidores e talentos.

·**Gerar Valor a Longo Prazo:** Ao integrar a materialidade em sua estratégia, as empresas podem criar valor a longo prazo para seus acionistas e stakeholders, melhorando sua resiliência, competitividade e capacidade de adaptação às mudanças.

·**Foco nos Temas Relevantes:** A materialidade ajuda as empresas a direcionarem seus esforços e recursos para os temas que realmente importam para seus negócios e stakeholders, evitando dispersão e garantindo que as ações de sustentabilidade sejam relevantes e impactantes.

·**Identificação de Riscos e Oportunidades:** Ao avaliar a materialidade dos diferentes temas, as empresas podem identificar riscos potenciais e oportunidades de inovação e eficiência operacional, relacionados a questões ambientais, sociais e de governança.

·**Transparência e Prestação de Contas:** A materialidade promove a transparência ao divulgar quais temas são considerados mais relevantes e como estão sendo gerenciados, contribuindo para uma reputação positiva perante os stakeholders.

·**Gerar Valor a Longo Prazo:** Ao integrar a materialidade em sua estratégia, as empresas podem criar valor a longo prazo para seus acionistas e stakeholders, melhorando sua resiliência, competitividade e capacidade de adaptação às mudanças.



5. A Definição da Materialidade e seu Papel nos Relatórios de Sustentabilidade

A definição da materialidade é um passo fundamental na elaboração de relatórios de sustentabilidade eficazes. Ao identificar os temas materiais, as empresas podem concentrar seus esforços na coleta, análise e divulgação de informações relevantes e significativas para seus stakeholders. Os relatórios de sustentabilidade que priorizam a materialidade são mais transparentes, concisos e comparáveis, permitindo que os stakeholders avaliem o desempenho da empresa em relação aos temas que realmente importam.

Além disso, a materialidade ajuda as empresas a evitarem o "greenwashing", ou seja, a divulgação de informações genéricas e superficiais sobre sustentabilidade, que não refletem um compromisso real com a gestão dos impactos ambientais, sociais e de governança.

Os principais frameworks e padrões para relatórios de sustentabilidade, como a GRI (Global Reporting Initiative), o SASB (Sustainability Accounting Standards Board), ESRS (European Sustainability Reporting Standards), e o IFRS S1 e S2 (International Financial Reporting Standards), enfatizam a importância da materialidade na definição do conteúdo dos relatórios. Esses frameworks fornecem diretrizes e critérios para a identificação e avaliação dos temas materiais, garantindo que os relatórios sejam relevantes, confiáveis e comparáveis.



6. Passo a Passo para a Definição da Materialidade

A definição da materialidade é um processo iterativo e colaborativo, que envolve a participação de diferentes áreas da empresa e o diálogo com os stakeholders. A seguir, é apresentado um passo a passo prático para a definição da materialidade:

•**Identificação dos Stakeholders:** O primeiro passo é identificar os stakeholders relevantes para a empresa, como acionistas, clientes, funcionários, fornecedores, comunidades locais, órgãos governamentais e organizações da sociedade civil.

•**Levantamento de Temas Relevantes:** Em seguida, é preciso levantar os temas relevantes para cada grupo de stakeholders, por meio de pesquisas, entrevistas, workshops e outras formas de consulta. Esses temas podem estar relacionados a questões ambientais, sociais, de governança ou econômicas.

•**Priorização dos Temas:** Com base no levantamento dos temas relevantes, é necessário priorizá-los de acordo com seu impacto potencial nos negócios da empresa e sua importância para os stakeholders. Uma ferramenta útil para essa etapa é a matriz de materialidade, que permite visualizar os temas mais relevantes em um gráfico de duas dimensões.

•**Validação com Stakeholders:** Após a priorização dos temas, é importante validar os resultados com os stakeholders, por meio de um processo de diálogo e feedback. Essa etapa garante que a definição da materialidade reflita as expectativas e necessidades dos stakeholders.



·**Documentação e Divulgação:** Por fim, é preciso documentar o processo de definição da materialidade e divulgar os resultados no relatório de sustentabilidade da empresa. É importante explicar como os temas materiais foram identificados, priorizados e validados, e como eles estão sendo gerenciados pela empresa.

·**Revisão Periódica:** A materialidade não é estática e deve ser revisada periodicamente para garantir que reflita as mudanças no contexto e nas expectativas dos stakeholders.⁷

Um Adendo: A Materialidade Segundo a ABNT

A ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) é o órgão responsável pela normalização técnica no Brasil, e tem se dedicado a promover a sustentabilidade e a responsabilidade social nas organizações.

Embora a ABNT não possua uma norma específica sobre materialidade, ela aborda o tema em diversas normas relacionadas à gestão da sustentabilidade, como a ABNT NBR ISO 26000, que fornece diretrizes sobre responsabilidade social, e a ABNT PR 2030, com diversas práticas recomendadas para o setor ESG no Brasil.



A ABNT NBR ISO 26000 destaca a importância de as organizações identificarem e priorizarem os temas relevantes para seus stakeholders, e de comunicarem de forma transparente suas ações e resultados em relação a esses temas. A norma também enfatiza a necessidade de as organizações considerarem os impactos de suas atividades no meio ambiente e na sociedade, e de adotarem práticas de gestão que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Já a ABNT PR 2030, como o próprio nome diz, é uma prática recomendada que “alinha os principais conceitos e princípios ESG, orientando os passos necessários para incorporá-los na organização, bem como propõe critérios Ambientais, Sociais e de Governança que servem como ponto de partida para as organizações identificarem os possíveis temas ESG materiais ao seu negócio.” (ABNT).

8. Conclusão

A materialidade é um conceito essencial para as empresas que buscam adotar práticas sustentáveis e ESG eficazes, e para a elaboração de relatórios de sustentabilidade transparentes, relevantes e comparáveis. Ao identificar e priorizar os temas materiais, as empresas podem direcionar seus esforços e recursos para os aspectos mais críticos para seus negócios e stakeholders, evitando dispersão e garantindo que as ações de sustentabilidade sejam relevantes e impactantes.



A definição da materialidade é um processo iterativo e colaborativo, que envolve a participação de diferentes áreas da empresa e o diálogo com os stakeholders. Ao seguir um passo a passo prático e utilizar as diretrizes dos principais frameworks e padrões para relatórios de sustentabilidade, as empresas podem garantir que seus relatórios reflitam um compromisso genuíno com a gestão dos impactos ambientais, sociais e de governança, e que contribuam para a criação de valor a longo prazo para seus acionistas e stakeholders.

REFERÊNCIA

Global Reporting Initiative (GRI). (2021). GRI 1: Foundation 2021.

International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation. (2022). IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information.

European Sustainability Reporting Standards (ESRS) (2023). Implementation guidance for the materiality assessment.

ABNT NBR ISO 26000:2010 – Diretrizes sobre responsabilidade social.

ABNT PR 2030 – Ambiental, social e governança

Ambitus Global. O que é materialidade na área da sustentabilidade. Disponível em: <https://www.ambitusglobal.com/blog/o-que-e-materialidade-na-area-da-sustentabilidade>

FIA Business School. Matriz de materialidade: o que é, como fazer e qual a sua importância. Disponível em: <https://fia.com.br/blog/matriz-de-materialidade/>

Sebrae. Qual a relação da matriz de materialidade com ESG?. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/qual-a-relacao-da-matriz-de-materialidade-com-esg,3ef1daaaba757810VgnVCM1000001b00320aRCRD>



**ASPECTOS
AMBIENTAIS
DO ESG**



Ana Claudia La Plata de Mello Franco
*Bacharel em Direito (USP), Especialista
em Projetos Ambientais (CENED) e
Designer em Sustentabilidade (UNITAR-
ONU). Atualmente é Sócia da prática
de direito ambiental do Toledo Marchetti
Advogados*



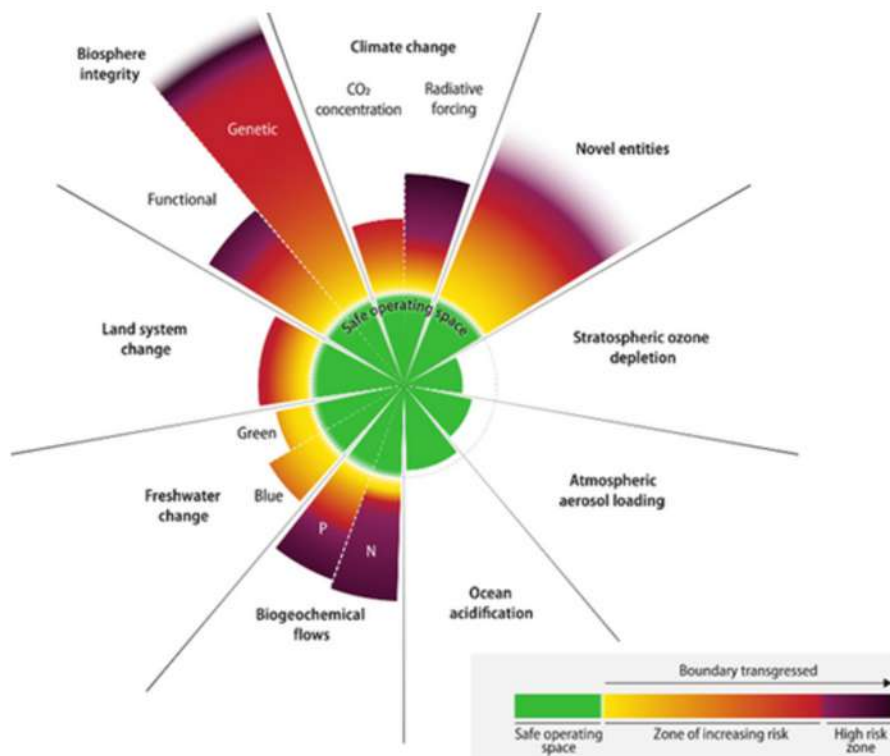
1. Introdução

Até pouco tempo atrás, a visão do setor privado sobre a temática ambiental era uma visão muito ligada ao conceito de conformidade legal. Acreditava-se que as empresas deveriam simplesmente cumprir as leis ambientais vigentes. Nada mais, e estava tudo certo. Contudo, vivemos, atualmente, num cenário de crise ambiental e climática. Não é preciso muito esforço para concluir isso, infelizmente.

Em 2009, uma equipe de cientistas começou a quantificar o quanto os humanos podem usar os recursos da Terra sem colocar a si mesmos e ao planeta em perigo. A equipe – liderada pelo professor Johan Rockström, Diretor de Instituto Potsdam de Pesquisas sobre o Impacto Climático da Alemanha, publicou um estudo que identificava nove sistemas globais interligados e definia uma “fronteira planetária” para cada um (ROCKSTRÖM et al., 2009)^[1].

^[1] ROCKSTRÖM, Johan; STEFFEN, Will; NOONE, Kevin; et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. *Ecology and Society*, [s.l.], v. 14, n. 2, art. 32, 2009. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/download/18.8615c78125078c8d3380002197/1459560331662/ES-2009-3180.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

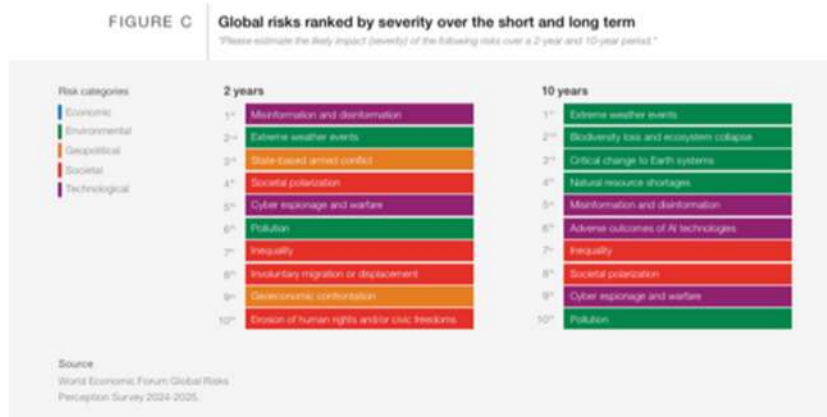
Recentemente (maio, 2023), esse estudo foi revisto e passou a incorporar ao conceito dos limites planetários, os critérios de equidade e justiça ambiental no cálculo dos limiares. Segundo essa atualização nós já ultrapassamos seis dos nove limites planetários (ROCKSTRÖM et. al, 2023) ^[2]



^[2] ROCKSTRÖM, Johan; WINKLER, Karina J.; LADE, Steven J.; et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. *Science Advances*, [s.l.], v. 9, n. 37, p. eadh2458, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh2458>. Acesso em: 28 fev. 2025.

^[3] World Economic Forum. *Global Risks Report 2025*. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/>. Acesso em: 28 fevereiro 2025.

Falando um pouquinho de riscos, o último relatório de riscos globais do *World Economic Forum* (WEF, 2025)^[3] aponta para a continuidade do cenário de crise ambiental e climática, trazendo o risco climático como o segundo mais severo nos próximos dois anos, e temas ambientais e climáticos nas quatro primeiras posições dos dez riscos mais severos para os próximos dez anos:



À vista dos cenários acima mencionados, a crescente conscientização sobre as mudanças climáticas e a degradação ambiental trouxe à tona a importância dos aspectos ambientais inseridos no conceito ESG (*Environmental, Social, and Governance*). A sigla ESG, de acordo com a Prática Recomendada ABNT 2030^[4] (ABNT, 2022) refere-se ao conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança, a serem considerados, na avaliação de riscos, oportunidades e respectivos impactos, com objetivo de nortear atividades, negócios e investimentos sustentáveis.

[4] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) PR 2030:2022. Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

II. *Beyond Compliance*

É certo que o rompimento do equilíbrio planetário traz sérios riscos não só para os temas ambientais e sociais, mas, principalmente, para a economia, o que exige atenção redobrada e protagonismo das organizações quanto ao tema.

Nesse contexto, o mercado vem entendendo que apenas obedecer às leis não se mostra mais suficiente para garantir um futuro próspero e sustentável para as próximas gerações.

E é aqui que se verifica uma mudança de paradigma: tem-se percebido que somente a aplicação pura e simples da lei (*law enforcement*) não tem se mostrado mais suficiente para assegurar o desenvolvimento sustentável, pois o impacto das atividades está longe de se restringir ao ambiente da empresa.

Nesse sentido, é preciso ir além do compliance (*beyond compliance*). As empresas ao adotarem medidas como a redução das emissões de carbono, a uso racional dos recursos naturais, adequada gestão dos resíduos sólidos e o investimento em energias renováveis, dentre outras medidas de cunho ambiental e climático, não apenas contribuem para a preservação do meio ambiente, mas, também, se posicionam como protagonistas da necessária transição ecológica planetária. Buscam, para além do lucro, gerar valor para a sociedade e para o planeta.



As empresas que optarem por ignorar os impactos que causam e sofrem em decorrência das questões ambientais correm o risco de enfrentar graves consequências no futuro, até mesmo para a sua própria sobrevivência. Não bastasse isso, as regulamentações ambientais estão cada vez mais rigorosas, seja em função dos impactos ambientais que enfrentamos na atualidade, seja em função da pressão de contratantes, investidores e clientes/consumidores.

As chamadas “externalidades ambientais” devem passar a ser consideradas e monetizadas no âmbito do negócio. A questão deixa de ser meramente moral e passa a ser econômica, pois as perdas decorrentes do uso indiscriminado dos recursos naturais e dos eventos climáticos extremos são inestimáveis.

E é aqui que as práticas ESG encontram seu devido lugar, não só no contexto de avaliação de riscos, mas, também, de oportunidades.

III. Sustentabilidade e ESG

De acordo com John Elkington, criador do conceito do *Triple Bottom Line* (TBL), a sustentabilidade corporativa deve ser compreendida a partir de três pilares fundamentais: o econômico, o social e o ambiental. Elkington argumenta que, para que uma empresa seja verdadeiramente sustentável, ela deve gerar lucro (pilar econômico), mas também deve ser socialmente responsável (pilar social) e ambientalmente correta (pilar ambiental). Ele observa que "a verdadeira sustentabilidade requer uma abordagem integrada, onde o sucesso financeiro não é obtido à custa do meio ambiente e da sociedade" (ELKINGTON, 1994)^[5].

Os aspectos ambientais do ESG são, portanto, essenciais para garantir que as operações empresariais não comprometam a capacidade das futuras gerações de atenderem suas próprias necessidades. Isso é especialmente relevante em um contexto em que a pressão por práticas empresariais mais verdes está aumentando.

Empresas que adotam práticas ambientais responsáveis tendem a ter uma imagem de marca mais positiva, enfrentar menos riscos regulatórios e atrair consumidores e investidores preocupados com a sustentabilidade.

^[5] ELKINGTON, J.. *Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development*. California Management Review, 36(2), 90-100, 1994.

^[6] PORTER, M. E., & KRAMER, M. R.. "Creating Shared Value". Harvard Business Review, 89(1/2), 62-77, 2011.

A implementação de práticas ambientais no contexto ESG pode incluir, como já aventamos, medidas como a redução do consumo de energia e água, a utilização de fontes de energia renováveis, a minimização da geração de resíduos e a promoção da reciclagem. Além disso, a adoção de tecnologias limpas e a implementação de políticas de redução de emissões de carbono são estratégias cruciais para a mitigação dos impactos ambientais e climáticos.

A doutrina de Michael E. Porter e Mark Kramer sobre "Creating Shared Value" (CSV) também complementa a discussão ao enfatizar que "as empresas podem criar valor econômico atendendo a necessidades sociais e ambientais"^[5]

Eles argumentam que a interseção entre o sucesso empresarial e o progresso social e ambiental pode gerar novas oportunidades de crescimento e inovação para as empresas.

IV. O Papel da Engenharia Industrial na Promoção dos Aspectos Ambientais do ESG

A crescente importância dos critérios ESG no ambiente corporativo está redefinindo como as empresas operam e se posicionam no mercado. No centro dessa transformação está o setor de Engenharia Industrial, que desempenha um papel crucial na implementação de práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis. Este pequeno artigo discute algumas formas pelas quais o Setor de Engenharia Industrial pode e deve performar com relação aos aspectos ambientais do ESG, destacando estratégias, desafios e oportunidades.

de práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis. Este pequeno artigo discute algumas formas pelas quais o Setor de Engenharia Industrial pode e deve performar com relação aos aspectos ambientais do ESG, destacando estratégias, desafios e oportunidades.

IV.1 Eficiência Energética e Redução de Emissões

Um dos principais contextos em que a Engenharia Industrial pode contribuir para os aspectos ambientais do ESG é o da melhoria da eficiência energética dos processos produtivos. Os profissionais do setor têm a expertise necessária para analisar e otimizar o consumo de energia em fábricas e instalações, implementando tecnologias mais eficientes e processos de produção menos intensivos em energia.

A eficiência energética não só reduz custos operacionais, mas, também, diminui as emissões de gases de efeito estufa, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas. E isso é fundamental em um contexto em que as empresas estão cada vez mais pressionadas a reduzir suas pegadas de carbono.



IV.2 Gestão de Resíduos e Economia Circular

A Engenharia Industrial também desempenha um papel vital na gestão de resíduos e na promoção da economia circular, por meio do desenvolvimento e implementação de sistemas que minimizem a geração de resíduos, promovam a reciclagem e reutilização de materiais, e melhorem a gestão de resíduos perigosos.

O conceito de economia circular, conforme discutido por Ken Webster^[7], envolve a transição de um modelo linear de produção para um modelo circular, onde os recursos são mantidos em uso pelo maior tempo possível, extraindo o máximo valor antes de serem recuperados e regenerados ao fim de sua vida útil.

A Engenharia Industrial é essencial para desenhar e implementar esses sistemas de ciclo fechado, especialmente em vista dos objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Economia Circular, recém instituída pelo Decreto nº 12.082/2024 (BRASIL, 2024)^[8].



^[7] WEBSTER, K., "The Circular Economy: A Wealth of Flows." 2nd edition, Ellen MacArthur Foundation Publishing, 2016.

^[8] BRASIL. Decreto nº 12.082, de 27 de junho de 2024. Institui a Estratégia Nacional de Economia Circular. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 121, p. 9, 28 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12082.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

IV.3 Desenvolvimento e Implementação de Tecnologias Limpas

A inovação tecnológica é uma seara onde a Engenharia Industrial pode liderar a integração dos aspectos ambientais do ESG. As empresas do setor estão na linha de frente do desenvolvimento e implementação de tecnologias limpas, como sistemas de produção baseados em energia renovável, processos de manufatura que reduzem o desperdício de material, e sistemas de automação que aumentam a eficiência.

IV.4 Desafios e Oportunidades Para as Empresas do Setor

Embora os benefícios sejam claros, a implementação de práticas ambientalmente responsáveis no setor de Engenharia Industrial não está isenta de desafios. As barreiras incluem o custo inicial de novas tecnologias, a resistência à mudança dentro das organizações e a necessidade de treinamento especializado.

No entanto, essas barreiras também representam oportunidades. As empresas que investem em práticas sustentáveis frequentemente descobrem novas fontes de eficiência e inovação, que podem levar a vantagens competitivas no mercado. Além disso, a crescente demanda dos consumidores e investidores por práticas empresariais responsáveis cria um ambiente favorável para a adoção de práticas ESG.

“As empresas que investem em práticas sustentáveis frequentemente descobrem novas fontes de eficiência e inovação.”



V. Conclusão

Em suma, os aspectos ambientais do ESG são um componente vital para a construção de um futuro sustentável. Integrar considerações ambientais nas estratégias empresariais não apenas contribui para a preservação do meio ambiente, mas também pode proporcionar vantagens competitivas e fortalecer a resiliência das empresas em um mercado cada vez mais consciente e exigente. Ao adotar práticas ambientais responsáveis, as empresas não apenas cumprem suas obrigações éticas, mas também se posicionam de maneira mais favorável para enfrentar os desafios e as oportunidades do século XXI.

O setor de Engenharia Industrial, por sua vez, tem um papel fundamental a desempenhar na promoção dos aspectos ambientais do ESG. Ao focar na eficiência energética, gestão de resíduos e inovação tecnológica, as empresas do setor podem ajudar a construir um futuro mais sustentável.

Ao enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades, o setor não apenas contribuirá para a preservação ambiental, mas também para a criação de valor econômico e social sustentável.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) PR 2030:2022. *Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações*. Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

BRASIL. Decreto nº 12.082, de 27 de junho de 2024. Institui a Estratégia Nacional de Economia Circular. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 162, n. 121, p. 9, 28 jun. 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12082.htm. Acesso em: 28 fev. 2025.

ELKINGTON, J.. *Towards the Sustainable Corporation: Win-Win-Win Business Strategies for Sustainable Development*. *California Management Review*, 36(2), 90-100, 1994.

PORTER, M. E., & KRAMER, M. R.. "Creating Shared Value". *Harvard Business Review*, 89(1/2), 62-77, 2011.

ROCKSTRÖM, Johan; STEFFEN, Will; NOONE, Kevin; et al. *Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity*. *Ecology and Society*, [s.l.], v. 14, n. 2, art. 32, 2009. Disponível em: <https://www.stockholmresilience.org/download/18.8615c78125078c8d3380002197/1459560331662/ES-2009-3180.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2025.

ROCKSTRÖM, Johan; WINKLER, Karina J.; LADE, Steven J.; et al. *Earth beyond six of nine planetary boundaries*. *Science Advances*, [s.l.], v. 9, n. 37, p. eadh2458, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh2458>. Acesso em: 28 fev. 2025.

WEBSTER, K.. "The Circular Economy: A Wealth of Flows." 2nd edition, Ellen MacArthur Foundation Publishing, 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM. *Global Risks Report 2025*. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/>. Acesso em: 28 fevereiro 2025.



**A IMPORTÂNCIA
DA SAÚDE E DA
SEGURANÇA
COMO PILAR
SOCIAL NO ESG**



Maria Christina Rodrigues Menezes

*Mentoria e consultoria em Saúde Ocupacional
e ESG na UTC*



RESUMO

O presente artigo, a partir de uma iniciativa do Comitê ESG ABEMI, apresenta a importância das práticas de saúde e segurança do trabalho como componentes essenciais do pilar social no ESG (do inglês Environmental, Social and Governance, ou Ambiental, Social e Governança). Com base na reunião do Comitê ESG da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), discutem-se estratégias para promover ambientes laborais seguros e saudáveis, incluindo a adoção de uma gestão holística de riscos, a colaboração com comunidades locais e o uso de indicadores para monitorar e melhorar o desempenho organizacional.

Ao enfatizar a interconexão entre saúde, segurança e sustentabilidade, o artigo destaca algumas das maneiras pelas quais práticas sociais responsáveis fortalecem o desenvolvimento econômico e social sustentável, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), especialmente os ODS 3, 4, 8 e 17.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de ESG (Environmental, Social, and Governance) tornou-se fundamental na gestão empresarial contemporânea, refletindo a crescente demanda por práticas que não apenas maximizem lucros, mas também promovam o bem-estar social e ambiental. O pilar social, que inclui aspectos como saúde e segurança no trabalho, é vital para garantir que as operações das empresas sejam sustentáveis e contribuam positivamente para a sociedade.

Este artigo apresenta a importância de estratégias sólidas de saúde e segurança no contexto do ESG. Tendo como um dos focos o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8, que visa promover trabalho decente e crescimento econômico, além dos ODS 3, 4 e 17 e suas intersetorialidades, o artigo propõe uma abordagem holística para a gestão de saúde e segurança nas empresas, sublinhando a interdependência entre o bem-estar dos trabalhadores e a sustentabilidade corporativa.

A saúde e a segurança do trabalho abordam diretamente as relações humanas e suas complexidades, refletindo o respeito ao impacto das decisões e atividades de uma organização sobre a sociedade e o meio ambiente. Esses aspectos são frequentemente subestimados em relação ao impacto positivo que podem gerar, não apenas para os trabalhadores, mas também para o desempenho geral das empresas.

A trilogia é fundamental e está intrinsecamente ligada ao próprio pilar social de produção sustentável, relacionamentos prósperos e governança. A adoção de práticas eficazes pode resultar em redução de custos operacionais, melhora na retenção de talentos e fortalecimento da reputação organizacional. Esse tema está em consonância com as diretrizes globais dos ODS, que reforçam a necessidade de um ambiente de trabalho digno e seguro para todos (Ministério das Relações Exteriores, 2024), atendendo ao propósito imediatamente que é o ODS 8 (Trabalho decente e desenvolvimento econômico).



2 MÉTODOS

A abordagem metodológica deste artigo baseia-se na análise qualitativa de dados e discursos apresentados na reunião do Comitê ESG da Associação Brasileira de Engenharia Industrial (ABEMI), realizada em setembro de 2024. As principais questões discutidas foram sistematizadas e contextualizadas com base em uma revisão de literatura sobre práticas de ESG, saúde e segurança no trabalho, desenvolvimento sustentável e diversas discussões em fóruns próprios sobre o tema.

Foram incluídos exemplos práticos e estudos de caso mencionados durante a reunião, além de indicadores para aferir o sucesso das práticas propostas.

A análise também se apoia em dados secundários, como relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e estatísticas de saúde ocupacional no Brasil, para corroborar as discussões e destacar a relevância do tema, além de propor indicadores que conferem maior robustez ao pilar em análise.

“As principais questões discutidas foram sistematizadas e contextualizadas com base em uma revisão de literatura sobre práticas de ESG, saúde e segurança no trabalho”



3 O PILAR SOCIAL NO ESG: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A saúde e a segurança no trabalho representam um componente central do pilar social no ESG, pois impactam diretamente a qualidade de vida dos trabalhadores e a eficiência das operações empresariais. A proteção do trabalhador é essencial não apenas para assegurar a dignidade humana, mas também para promover o desenvolvimento econômico sustentável.

A gestão de saúde e segurança deve ir além do cumprimento de normas legais, abrangendo comportamentos e práticas corporativas que respeitem os direitos humanos e promovam um ambiente de trabalho seguro, saudável e produtivo. Esse enfoque gera credibilidade, reputação, valor de marca, valor financeiro e valor econômico, destacando a importância da saúde e segurança nos ambientes de trabalho como base para a construção do social de forma centrada e sustentável.

Nesse contexto, é imperativa a correlação entre os objetivos mencionados e o ODS 8, bem como toda a sua intersectorialidade com os demais ODS, centrada em promover crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. A saúde e a segurança no trabalho são determinantes para alcançar esses objetivos, pois ambientes laborais seguros reduzem a incidência de acidentes e doenças ocupacionais, melhorando a produtividade e o bem-estar geral dos trabalhadores. Além disso, práticas eficazes de segurança no trabalho ajudam a mitigar riscos legais e financeiros para as empresas, resultando em operações mais saudáveis, eficientes e sustentáveis (Organização Internacional do Trabalho, 2024).

A segurança ocupacional também contribui para a redução de custos com passivos trabalhistas e a melhora da reputação corporativa. Conforme descreve o Conselho Nacional de Segurança (National Safety Council) dos Estados Unidos, em pesquisa de 2017, o custo total com lesões, doenças e mortes relacionadas ao trabalho atingiu, naquele ano, 3,94% do Produto Interno Bruto (PIB) global, estimado em US\$ 2,99 trilhões (National Safety Council, 2017; Organização Mundial da Saúde, 2022).

Uma empresa com altos índices de acidentes de trabalho enfrenta desafios não apenas na produtividade, mas também em termos de custos relacionados a indenizações e seguros. Por outro lado, empresas que investem em saúde e segurança promovem um ambiente de trabalho mais engajado, o que melhora a eficiência operacional e gera um efeito positivo sobre sua reputação no mercado.

4 ESTRATÉGIAS PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

A promoção da saúde e segurança no trabalho requer uma abordagem abrangente que considere não apenas a prevenção de acidentes, mas também a criação de um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e engajador. Uma abordagem holística para a gestão de riscos é essencial para identificar e mitigar ameaças à saúde e segurança no ambiente de trabalho. Isso inclui avaliar não apenas os riscos físicos, como quedas e acidentes com máquinas, mas também os riscos psicossociais, como estresse, ansiedade e a síndrome de burnout.



Deve-se salientar a importância de uma gestão que integre todos os aspectos que afetam o bem-estar dos trabalhadores, sugerindo a implementação de políticas que garantam um ambiente seguro e saudável, e que sejam continuamente monitoradas por meio de indicadores específicos, como taxas de acidentes e absenteísmo.

Podemos ilustrar os fatos acima com a seguinte situação: uma empresa de construção desenvolve um programa abrangente de gestão de riscos que inclui não apenas a verificação de segurança dos equipamentos e o treinamento constante dos trabalhadores — e aqui já estamos falando especificamente do ODS 4 —, mas também sessões regulares de conscientização sobre saúde mental e física. Como resultado, observa-se uma redução expressiva na porcentagem de acidentes

e um aumento significativo na satisfação dos empregados (ODS 8).

Além dos esforços de gestão dentro das próprias empresas, outro ponto que deve ser destacado é a oportunidade de estabelecer parcerias estratégicas com as comunidades locais, como escolas e universidades, pois são formas eficazes de promover o desenvolvimento social e econômico sustentável. Esse mecanismo poderia ser considerado, inclusive, como análogo ao ODS 17, que destaca a importância de parcerias globais para alcançar os outros ODS e enfatiza a necessidade de colaboração entre governos, setor privado, sociedade civil e organizações internacionais, reconhecendo que muitos desafios exigem soluções conjuntas (Organização das Nações Unidas, 2024) e desta forma podemos registrar o importante papel do Grupo Cobra durante a Pandemia da COVID -19 junto a pesquisa dos teste de antígeno junto a Universidade Federal do Rio de Janeiro que foi fundamental para o avanço das medidas de prevenção a época com grande repercussão positiva no mundo acadêmico e empresarial .

Práticas voltadas para treinamento, qualificação profissional de jovens, requalificação da força de trabalho e iniciativas de educação em saúde e segurança nas escolas têm como objetivo fortalecer a cultura da prevenção de adoecimentos e acidentes de trabalho.



Preparar as novas gerações para uma cultura de segurança no trabalho, além de incluir saúde e segurança no currículo escolar, é uma maneira de articular ações sustentáveis entre empresas e comunidades, gerando benefícios duradouros. Estas iniciativas são propostas para a erradicação de práticas de trabalho inseguras, como o trabalho infantil, conforme previsto no Projeto de Segurança e Saúde nas Escolas, e atendem aos princípios das normas ISO 45001 e 45003.

Atualmente, é comum que empresas de setores industriais firmem parcerias com escolas técnicas para oferecer cursos de formação profissional para jovens, garantindo que, ao concluírem o curso, estejam prontos para ingressar no mercado de trabalho, o que se considera um grande propósito social e técnico.

A inclusão de grupos vulneráveis no mercado de trabalho foi destacada como uma prática essencial para a responsabilidade social das empresas. Criar oportunidades para jovens recém-formados e indivíduos com deficiência, bem como promover políticas de diversidade e inclusão, asseguram um ambiente de trabalho justo e equitativo. Essas práticas não apenas promovem a justiça social, mas também impulsionam a inovação e a produtividade, criando uma força de trabalho diversificada e engajada. A implementação de um programa de estágio específico para jovens de baixa renda e para pessoas com deficiência, com foco no desenvolvimento de habilidades técnicas e sociais, observa uma taxa de retenção de talentos significativamente maior (Almeida, 2024).

4.1 INDICADORES DE SAÚDE E SEGURANÇA

A eficácia das estratégias de saúde e segurança no trabalho deve ser medida por meio de indicadores claros e precisos, que permitam monitorar o progresso e identificar áreas que necessitam de melhorias. Entre alguns desses indicadores, destacam-se:

Taxas de acidentes e incidentes: Medem a frequência de acidentes no ambiente de trabalho e ajudam a avaliar a eficácia das políticas de segurança.

Índice de absenteísmo e presenteísmo: Indicadores importantes para entender a saúde geral dos trabalhadores e o impacto das condições de trabalho em sua produtividade.

Avaliações de risco psicossocial: Monitoram o bem-estar emocional e mental dos trabalhadores, incluindo níveis de estresse e satisfação no trabalho.

Taxa de rotatividade: Um indicador que pode sinalizar problemas na cultura organizacional e no ambiente de trabalho. Esses indicadores e de outros que se constroem ao longo da história do trabalho e suas especificidades devem ser acompanhados de planos de ação específicos para melhorar continuamente as condições de saúde e segurança no trabalho, alinhando-se às metas corporativas e de desenvolvimento sustentável. A integração desses dados em plataformas de gestão e a utilização de ferramentas de análise avançada permitem identificar padrões e prever possíveis problemas antes que eles aconteçam, fortalecendo a gestão proativa de riscos.

5 DISCUSSÃO

A implementação de práticas robustas de saúde e segurança resulta em benefícios tangíveis para as empresas, incluindo a redução de custos operacionais e legais, melhoria na reputação e maior engajamento dos funcionários.

A abordagem holística proposta durante a reunião do Comitê ESG da ABEMI foi exemplificada com o caso de parcerias locais para programas de vacinação, em que empresas colaboram com municípios para oferecer vacinas a trabalhadores e suas famílias. Isso promove a saúde pública e reduz custos com seguros e assistência médica. Essas práticas ilustram o conceito de "ganha-ganha", onde tanto as empresas quanto a comunidade se beneficiam.

CONCLUSÃO

A saúde e a segurança no trabalho são pilares fundamentais para o ESG e para a promoção de ambientes de trabalho produtivos, seguros e justos. As estratégias discutidas demonstram que, por meio de uma abordagem holística e integradora, é possível promover o desenvolvimento econômico sustentável e o bem-estar social, ao mesmo tempo em que se reduz a exposição a riscos operacionais e financeiros.

A coordenação do cuidado das pessoas é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade da vida e para o processo produtivo saudável e seguro.

Este artigo reforça a necessidade de uma colaboração contínua entre empresas, comunidades e governos para o desenvolvimento de práticas eficazes e sustentáveis, que beneficiem todos os envolvidos e contribuam para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Larissa. Diversidade e inclusão no mercado: qual o papel do estágio? 2024. Disponível em: <https://abres.org.br/2024/02/13/diversidade-e-inclusao-no-mercado-qual-o-papel-do-estagio/>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde do trabalhador. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/saude-do-trabalhador>. Acesso em: 7 fev. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal atualiza a NR-01 para incluir riscos psicossociais. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Setembro/governo-federal-atualiza-nr-01-para-incluir-riscos-psicossociais>. Acesso em: 5 fev. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Escolas técnicas e empresas fazem parcerias de sucesso. Informativo das Escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ano 2, n. 3, 2008. Brasília. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/jornaL_redefederal.pdf. Acesso em: 25 out. 2024.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/delbrasonu/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 25 out. 2024.

NATIONAL SAFETY COUNCIL. ILO: Global cost of work-related injuries and deaths totals almost \$3 trillion. Safety+Health Magazine, set. 2017. Disponível em: <https://www.safetyandhealthmagazine.com/articles/16112-ilo-global-cost-of-work-related-injuries-and-deaths-totals-almost-3-trillion>. Acesso em: 25 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Goal 17: Revitalize the global partnership for sustainable development. 2024. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/globalpartnerships/>. Acesso em: 23 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Objetivo 8: Trabalho decente e crescimento econômico. Disponível em: <https://www.ilo.org/topics-and-sectors/decent-work-and-2030-agenda-sustainable-development/goal-8-decent-work-and-economic-growth>. Acesso em: 24 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Saúde ocupacional: trabalhadores da saúde. Nov. 2022. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/occupational-health--health-workers>. Acesso em: 27 out. 2024.

ZIMMERMANN, Cirlene Luiza, Inclusão e proteção: o desafio de garantir saúde e segurança no trabalho informal. Disponível em: <https://www.jota.info/artigos/inclusao-e-protecao-o-desafio-de-garantir-saude-e-seguranca-no-trabalho-informal>. Acesso em: 7 fev. 2025.



**ASPECTOS GERAIS
ESG ENVOLVENDO
O MECANISMO DE
VERIFICAÇÃO E
VALIDAÇÃO**



Suzete Schipa Suzuki

Mestre Engenharia de Produção, Engenheira de Segurança do Trabalho, Engenheira Química e Auditora Líder SGI, com experiência de mais de 30 anos em auditorias e consultorias de SGI – Sistemas de Gestão Integrada



RESUMO

Este resumo combina informações do artigo "ESG: Aspectos Gerais" e do Programa de Verificação e Validação ICV fornecendo uma visão abrangente sobre o tema. O objetivo é apresentar os conceitos fundamentais do ESG, seu histórico e a importância do Processo de Validação e Verificação ESG, considerando o PROVV ESG ICV – Programa sendo conduzido por um organismo de terceira parte.

Introdução ao ESG

O ESG (Environmental, Social, and Governance) é um conceito fundamental para o desenvolvimento sustentável, abrangendo três pilares essenciais:

Pilar Ambiental (E – Environmental)

Cuidados e atenção com o planeta, com base em ações de redução de poluição, economia de energia, uso de recursos naturais, reciclagem etc.

Pilar Social (S – Social)

Cuidados e atenção com as pessoas, com base em ações dentro e fora da empresa considerando o impacto com clientes e as comunidades relacionadas.

Pilar Governança (G – Governance)

Cuidados e atenção em como as empresas são administradas, com base em ações e regras justas, liderança ética e decisões transparentes e organizadas. A governança merece destaque especial por seu papel dual. Além de representar um direito do cidadão à transparência nas ações estatais e corporativas, ela também funciona como meio para garantir o exercício de outros direitos.

Embora alguns especialistas diferenciem ESG de Sustentabilidade, os dois conceitos são mais similares do que diferentes. As raízes do ESG remontam à década de 1930, com as primeiras doutrinas sobre a responsabilidade social do empresário. O termo "responsabilidade social do empresário" ganhou força entre as décadas de 1950 e 1960, durante a Guerra Fria.

“As raízes do ESG remontam à década de 1930, com as primeiras doutrinas sobre a responsabilidade social do empresário”.



Histórico e Evolução do ESG

O conceito de ESG evoluiu ao longo do tempo, com marcos importantes como:

- Década de 1930:** Primeiras discussões sobre a responsabilidade social do empresário.

- Décadas de 1950 e 1960:** Consolidação do termo "responsabilidade social do empresário".

- 1987:** Relatório "Our Common Future" da ONU, que estabeleceu a correlação entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade.

- 1994:** Criação do termo "Triple Bottom Line" por John Elkington, que considera as pessoas e o planeta além do lucro.

- 2020:** Carta de Larry Fink aos CEOs, destacando a importância de empresas, governos e investidores se unirem em prol da mudança climática.

- Foi nesse contexto que o sociólogo britânico John Elkington criou, em 1994, o termo Triple Bottom Line, também conhecido como “Tripé da Sustentabilidade”. Segundo o autor, além da busca por lucro, as empresas devem ter em conta as pessoas e o planeta, em sua tomada de decisão. Paper ESG Aspectos Gerais, Section: Histórico e Evolução do ESG.

Implementação Prática do ESG

A implementação prática do ESG envolve dois caminhos principais:

-Cumprimento da Legislação: Inclui normas obrigatórias da CVM e lei anticorrupção, além do aproveitamento de incentivos governamentais como o Fundo Verde.

-Aplicação de Normas e Roteiros: Como a Norma ABNT-PR 2030 (ABNT, 2022) – Práticas Recomendáveis de 2022, que oferece um guia para a incorporação do ESG nas atividades empresariais.

A Norma ABNT-PR 2030 de 2023 estabelece sete passos fundamentais para a implantação do ESG:

1. Conhecimento do contexto empresarial em relação às metas ODS;
2. Desenvolvimento de intenção estratégica com apoio da alta gestão;
3. Diagnóstico de déficits e áreas de melhoria;
4. Planejamento de ações específicas;
5. Implementação das ações planejadas;
6. Medição e monitoramento contínuo;
7. Relato e comunicação aos stakeholders.



A Revolução ESG e o Capitalismo de Stakeholder

Em 2020, Larry Fink destacou a importância de empresas, governos e investidores se unirem em prol da mudança climática, defendendo o capitalismo de stakeholder para o sucesso na redução da emissão de carbono. Ele também enfatizou a transparência nas relações entre empresas e stakeholders, anunciando medidas para remodelar o mercado financeiro e promover valores de sustentabilidade. *Paper ESG Aspectos Gerais, Section: A Revolução ESG e o Capitalismo de Stakeholder.*

Relatórios ESG e Sustentabilidade Corporativa

Os relatórios ESG apoiam empresas em sua jornada de sustentabilidade, em 2022, aproximadamente 95% das 250 maiores empresas do mundo e 75% das 4.900 maiores empresas seguintes publicaram relatórios de sustentabilidade corporativa. Esses relatórios devem ser confiáveis para que as empresas possam informar às partes interessadas seu compromisso com a sustentabilidade e adotar sistemas para melhorar seu desempenho. As vantagens de investir em ESG incluem:

- Atração de investimentos;
- Fidelização de clientes;
- Redução de custos de operação;
- Garantia de transparência;
- Greenwashing e Socialwashing.

Os termos "Greenwashing" e "Socialwashing", que se referem a estratégias de marketing e discursos que dão a entender artificialmente uma situação de evolução no âmbito do ESG, com baixo respaldo na realidade.

Fontes de Divergências ESG

Existem três fontes distintas de divergência nas classificações ESG:

- Divergência de Escopo:** As classificações são baseadas em diferentes conjuntos de atributos (56% da divergência);
- Divergência de Medição:** As agências de classificação medem o mesmo atributo utilizando indicadores diferentes (38% da divergência);
- Divergência de Pesos:** As agências de classificação têm opiniões diferentes sobre a importância relativa dos atributos (6% da divergência).



PROVV ESG ICV

O Programa de Organismos de Validação e Verificação de ESG (PROVV ESG) é baseado em três eixos principais: Ambiental, Social e Governança.

O PROVV ESG oferece uma oportunidade de validação e Validação/Verificação dos fatores ambientais, sociais e de governança corporativa de uma Organização. O proprietário deste esquema é o ICV BRASIL.

Através do estabelecimento de critérios que foram selecionados com base em regulações, normas e compromissos globais para o processo de Validação e Validação/Verificação da Conformidade, com caráter facultativo e validade de 12 (doze) meses a contar da data de Deliberação, proporciona um esquema que possibilita a comprovação de atendimento aos critérios, através da Declaração da Validação/Verificação do PROVV ESG.

O objetivo do PROVV ESG é contribuir para o desenvolvimento do negócio, sendo uma ferramenta para a análise de performance dentro de três pilares. A adoção do PROVV ESG, visa trazer benefícios tanto para as Organizações quanto para a sociedade, ajudando a promover a sustentabilidade socioambiental, melhorar as relações com as partes interessadas, incluindo as comunidades, atrair e reter talentos, reduzir riscos e melhorar a reputação corporativa. Além disso, existe um grande interesse por parte de investidores e

organizações que adotam práticas de ESG, acreditando que isso possa resultar em melhores retornos financeiros a longo prazo.

Os Requisitos Técnicos do referido PROV V ESG se encontram em um anexo técnico que é aplicável a Organizações de qualquer Setor, que buscam a veracidade das informações declaradas durante avaliações, sendo consideradas as alegações relativas a eventos futuros (Validações) ou passados (Verificação).

Para a condução desse programa existem obrigações que os Organismos de Validação/Verificação devem cumprir, dentre elas possuir acreditação na ABNT NBR ISO/IEC 17029 – Avaliação da Conformidade – Princípios gerais e requisitos para organismos de validação e Verificação.

Certificação x Validação/Verificação

A certificação de sistemas de gestão assegura que uma Organização implementou um sistema em conformidade com normas internacionais. A Validação/Verificação asseguram que as alegações são plausíveis e que os dados são precisos.

•**Validação:** Envolve declarações, informações e dados que se relacionam com o FUTURO.

•**Verificação:** Envolve analisar os resultados que já foram alcançados, são as informações e dados reais que aconteceram no PASSADO.

A VALIDAÇÃO envolve declarações, informações e dados que se relacionam com o FUTURO. Como regra, isto envolve dados previstos ou simulados que se relacionam com uma aplicação pretendida. Estas são suposições que são verificadas quanto à sua PLAUSIBILIDADE.

Conclusão

O ESG é uma proposta de revisão das estruturas básicas do sistema econômico, visando preservar o sistema diante da ameaça de uma visão não sustentável. A implementação eficaz do ESG requer o cumprimento da legislação, a aplicação de normas e roteiros, e a transparência nas relações com os stakeholders. A verificação e validação são essenciais para garantir a credibilidade dos relatórios ESG e o compromisso das empresas com a sustentabilidade.

A Validação/Verificação do ESG chegou para ajudar as Organizações que desejam demonstrar compromissos com sustentabilidade com transparência demonstrando efetividade das suas atitudes melhorando sua reputação, competitividade e atração de investimentos.

REFERÊNCIA

ABNT. (2022). ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) PR 2030:2022. Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações, Rio de Janeiro, RJ, Brasil: ABNT.

ABNT. (2021). NBR ISO/IEC 17029 Avaliação da conformidade - Princípios gerais e requisitos para organismos de validação e verificação, Rio de Janeiro. RJ, Brasil: ABNT.



ASPECTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NO ESG



Flávia Ramos Galvão

*Advogada na Somah Investimentos,
Gestora de Compliance na Átria
Investimentos e Coordenadora de
ESG da ABEMI*



Introdução

A Governança Corporativa vem ganhando cada vez maior destaque como pilar de suporte às estratégias de ESG (Ambiental, Social e Governança) no âmbito das corporações, viabilizando práticas corporativas éticas, transparentes e responsáveis, promovendo a duração e competitividade das organizações a longo prazo.

Quando se fala em Governança Corporativa, a primeira ideia que vem à mente geralmente é a relacionada a processos estruturados, normas de Compliance, gestão de riscos e controles internos. No entanto, a Governança Corporativa vai muito além desses aspectos operacionais. Na verdade, ela é o verdadeiro alicerce relacionado a valores, princípios, estratégias e modelo de cultura organizacional, que juntos, constituem a identidade da empresa e orientam o seu comportamento no mercado.

Esses antecedentes são os pilares que garantem a existência de uma boa Governança Corporativa, pois é a partir deles que se estabelecem e perpetuam

os processos, as políticas e as boas práticas que refletem a essência da organização. A Governança Corporativa, portanto, não é apenas uma questão de forma, mas de essência, por influenciar diretamente a maneira como as decisões são tomadas e os riscos gerenciados.

Portanto, para construir o racional sobre a Governança Corporativa, é preciso, antes de tudo, pensar em como a organização é pautada; como ela é percebida e como ela se posiciona no mercado, como os interesses dos stakeholders são equilibrados, e, principalmente, entender qual é a cultura da organização, e como essa cultura pode fortalecer ou impedir que o processo de governança avance.

A Importância da Consciência e da Ética na Governança Corporativa

Nesse contexto, o nível de consciência de quem toma decisões dentro de uma organização é determinante para a qualidade da Governança Corporativa.

“A Governança Corporativa, portanto, não é apenas uma questão de forma, mas de essência, por influenciar diretamente a maneira como as decisões são tomadas e os riscos gerenciados”.



Decisores trazem consigo seus valores, histórias de vida e vieses sobre o papel que exercem na organização e como isso se reflete na sociedade e no bem comum. E essas características moldam as suas escolhas e a forma sobre como equilibrar resultados financeiros com objetivos de longo prazo.

Lideranças focadas em retornos imediatos, sem considerar os impactos que as suas decisões terão no futuro, criam sérios desafios de governança. A pressão por resultados financeiros rápidos, quando dissociada de um compromisso com o propósito da organização, colocam em risco a sua própria existência e perenidade.

Por outro lado, a ética é considerada como fundamento da Governança Corporativa, por ser a “base” para a tomadas de decisões e ações organizacionais, desde as mais cotidianas, até aquelas de caráter mais estratégico.

De acordo com o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) (Código IBGC), a ética “é o conjunto de valores e princípios que orienta a conduta e viabiliza o convívio e a evolução do ser humano em sociedades cada vez mais complexas. Ela deriva do senso de coletividade e interdependência que impulsiona os indivíduos a colaborarem com o desenvolvimento da sociedade, direcionando suas ações em busca do bem comum”.



Portanto, tanto o nível de consciência de quem toma as decisões, quanto o compromisso ético são elementos indispensáveis para construir uma Governança Corporativa forte, capaz de equilibrar resultados e valores, garantindo sustentabilidade e impactos positivos a longo prazo.

Coerência entre Princípios e Prática: Uma Base para a Perpetuidade dos Negócios

A longevidade de uma empresa está diretamente ligada ao valor que ela gera para a sociedade. Negócios que transferem problemas ambientais e sociais para o mundo, que ignoram impactos negativos ou que praticam condutas antiéticas são cada vez mais condenados à obsolescência. O mercado e a sociedade não aceitam mais empresas que desrespeitam o meio ambiente, exploram trabalho escravo ou adotam práticas predatórias. A pergunta central que todo líder deve se fazer é: minha empresa agrega ou vingaça valor?

Nesse sentido, a liderança desempenha um papel determinante. Os líderes de uma organização são responsáveis por dar o tom da cultura corporativa e por demonstrar, com suas atitudes, o compromisso com uma governança efetiva. Inspirar pelo exemplo significa estabelecer padrões elevados de conduta, tomar decisões pautadas em princípios éticos e garantir que uma organização opere de acordo com seus valores declarados. Empresas cujos líderes incorporam e reforçam a importância da governança criam um ambiente propício para o fortalecimento da integridade institucional, promovendo uma cultura organizacional mais sólida e resiliente.

Além do impacto interno, a governança corporativa deve ser vista como um ativo estratégico que gera valor de mercado intangível a longo prazo. Elementos como reputação, confiança, brand, credibilidade e integridade são fundamentais para a atratividade, competitividade e perenidade de uma empresa. Uma organização bem governada não apenas mitiga riscos e evita crises institucionais, como também constrói relações mais saudáveis com investidores, consumidores e demais stakeholders.

As recompensas geradas por uma Governança Corporativa eficaz são inúmeras, mas podemos destacar o acesso ao capital, a ampliação de oportunidades de crescimento e perenidade do negócio, a proteção da organização, a proteção da



organização, por garantir a melhoria dos programas de compliance, por meio de processos mais rigorosos, ou por estabelecer políticas e comportamentos desejáveis, a eficiência operacional, por meio de ferramentas de supervisão e fiscalização da administração, e até mesmo a proteção aos administradores e acionistas de boa-fé.

Não à toa os temas de Governança Corporativa vêm ganhando prioridade nas agendas de Conselhos de Administração, refletindo uma preocupação crescente com questões estratégicas e de risco. Entre os tópicos mais relevantes, destacam-se: o monitoramento das mudanças externas, tais como, crises geopolíticas, conflitos e fluxos migratórios; avanços tecnológicos, especialmente no campo da IA generativa e privacidade de dados; a construção de resiliência cibernética; mudanças climáticas, além de outras questões ambientais, sociais e de governança que podem ser cruciais ou ter impacto estratégico significativo para a empresa.

Além disso, a gestão eficaz dos riscos empresariais continua a ser uma prioridade para garantir sustentabilidade e competitividade a longo prazo[1].

“Não à toa os temas de Governança Corporativa vêm ganhando prioridade nas agendas de Conselhos de Administração, refletindo uma preocupação crescente com questões estratégicas e de risco.”

Recentemente o IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) realizou uma pesquisa para entender as percepções e expectativas dos líderes empresariais sobre o ambiente de negócios e as práticas de governança no Brasil.

A maioria dos líderes tem uma visão neutra (34,4%) ou positiva (32,1%) sobre o cenário, mas alguns fatores, como carga tributária, risco de inflação, corrupção e falta de qualificação da mão de obra, são vistos como potenciais riscos para esse ambiente otimista. Foi destacado, ainda, que o alto custo de cumprimento da carga tributária no Brasil é uma preocupação importante. O estudo também revelou as prioridades de investimento para 2025, com destaque para expansão de mercado (55,3%), capital humano (33,2%) e IA (30,4%), considerando tais temas como sendo fundamentais para as mudanças estratégicas nos próximos meses[i].

Para o futuro, será essencial que as empresas busquem fortalecer sua resiliência, tanto no âmbito cibernético quanto no enfrentamento das mudanças climáticas e desafios sociais. As prioridades de investimento em expansão de mercado, capital humano e IA refletem a necessidade de adaptação à evolução tecnológica e à busca por um crescimento sustentável e inovador.

Os próximos passos devem incluir a implementação de estratégias que integrem esses riscos e oportunidades, além de um monitoramento constante das mudanças externas, para garantir uma governança corporativa eficaz e alinhada com as tendências globais.

Diante do recente movimento de retrocesso observado no ESG, com empresas abdicando de compromissos sociais e ambientais, é fundamental que aquelas empresas realmente comprometidas se posicionem de forma ativa. Mais do que resistir ao retrocesso, essas empresas devem reforçar seus compromissos, demonstrando que o ESG não é uma tendência passageira, mas um pilar estratégico para evolução, progresso e perenidade.

.....

[1] Fontes: KPMG Board Leadership Center. Conselho de Administração: prioridades para agenda de 2024. Publicado em: <https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2024/02/conselho-de-administracao-2024.html#:~:text=As%20prioridades%20dos%20conselhos%20de,e%20foco%20em%20seguran%C3%A7a%20cibern%C3%A9tica> e Prioridades dos Conselhos de Administração para 2024 nas Américas por Eerst & Young Brasil em: https://www.ey.com/pt_br/board-matters/prioridades-dos-conselhos-de-administracao-para-2024-nas-americas#:~:text=Condi%C3%A7%C3%B5es%20econ%C3%B4micas%2C%20estrat%C3%A9gia%20de%20capital,valores%20em%20um%20ambiente%20vol%C3%A1til.

[1] Fonte: <https://ibgc.org.br/blog/lancamento-pesquisa-perspectivas-2025>

[1] Nesse sentido: <https://capitalreset.uol.com.br/empresas/se-nao-estiver-no-modelo-de-negocio-esg-vira-pedagio-diz-ceo-da-natura/>



Produção: Editora Conteúdo
Designer: Matheus Garutti
Imagens: Depositphotos